

## EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, IDEOLOGIA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Education, technology, ideology and the development process in Álvaro Vieira Pinto

Geovane Ferreira Gomes<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo explora o conceito de ideologia do desenvolvimento nacional e sua relação com a tecnologia, com base nos escritos de Álvaro Vieira Pinto. A partir de seu texto *Ideologia e desenvolvimento nacional*, investigamos os fundamentos que sustentam suas ideias presentes no livro *O conceito de tecnologia*, com foco na noção de consciência para o outro e na apropriação da tecnologia como patrimônio da humanidade para atender às demandas sociais. Vieira Pinto destaca a necessidade de construir uma ideologia nacional com base filosófica e estruturada no Estado. Essa ideologia, embora iliberal, seria democrática, com participação ativa das massas e dos intelectuais, e, como evidenciado em suas obras, estaria intrinsecamente ligada à educação. Vieira Pinto argumenta que a apropriação da tecnologia, mesmo de origem estrangeira, pode servir como um estágio intermediário no processo de desenvolvimento nacional. A partir dessa perspectiva, examinamos como a educação tecnológica é abordada no meio acadêmico, onde frequentemente é associada à acumulação de capital, em detrimento das oportunidades vislumbradas por Vieira Pinto. Diante das disputas ideológicas presentes na sociedade brasileira, identificamos a dificuldade em encontrar elementos capazes de construir uma ideologia sólida para o desenvolvimento nacional. Essa lacuna contribui para a perpetuação do atual cenário da educação brasileira, postergando o desenvolvimento do país.

**Palavras-chave:** Educação tecnológica; O conceito de tecnologia; Ideologia e desenvolvimento nacional.

### Abstract

This article discusses the concept of national development ideology and its relationship with technology, based on writings of Álvaro Vieira Pinto. Drawing on his work *Ideology and national development*, we investigate the foundations that support his ideas present in the book *The concept of technology*, focusing on the notion of consciousness towards the other and appropriation of technology as a world heritage to meet social demands. Vieira Pinto emphasizes the need to build a national ideology based on philosophy and structured within the State. This ideology, although illiberal, would be democratic, with active participation of the masses and intellectuals, and, as evidenced in his works, would be intrinsically linked to education. Vieira Pinto argues that the appropriation of technology, even of foreign origin, can serve as an intermediate stage in the process of national development. From this perspective, we examine how technological education is approached in academia, where it is often associated with capital accumulation, to the detriment of the opportunities envisioned by Vieira Pinto. In the face of ideological disputes present in Brazilian society, we identify the difficulty in finding elements capable of building a

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: [geovane@actto.com.br](mailto:geovane@actto.com.br). <https://orcid.org/0000-0002-1901-9794>

solid ideology for national development. This gap contributes to the perpetuation of the current scenario of Brazilian education, postponing the country's development.

**Keywords:** Technological education; The concept of technology; Ideology and national development.

## Introdução

Neste artigo revisitamos a discussão a respeito de desenvolvimento e tecnologia na obra de Álvaro Vieira Pinto (GOMES; SOUSA; HAYASHI, 2017). Anteriormente, havíamos explorado como Vieira Pinto interpretou e incorporou o conceito de tecnologia em sua visão de desenvolvimento nacional. Para ele, a tecnologia deveria ser apropriada pela sociedade e vista como um patrimônio da humanidade. Ao controlar a produção e o desenvolvimento tecnológico, a sociedade se beneficiaria através da melhoria de seus indicadores sociais.

No artigo anteriormente citado, apresentamos indicadores de um município que abrigou um parque industrial voltado à produção de bens de consumo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e que, a despeito do aumento populacional derivado da rápida industrialização, obteve resultados socioeconômicos positivos.

Entretanto, deixamos de explorar no artigo anterior a compreensão da ideia de desenvolvimento em Vieira Pinto, ou seja, não investigamos a origem de seu pensamento desenvolvimentista. Assumimos implicitamente a associação entre o autor e o desenvolvimento nacional, atrelada à tecnologia, sem aprofundar essa relação. Agora, buscaremos identificar os fundamentos de seu pensamento, com o objetivo de sustentar alguns conceitos presentes em *O conceito de tecnologia*, publicado em 2005.

Para tal, recorreremos ao texto *Ideologia e desenvolvimento nacional*, de Álvaro Vieira Pinto, publicado em 1960, que reproduz a aula inaugural do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), e que traz, por exemplo, a ideia de “consciência para o outro”, um dos conceitos-chave presentes em *O conceito de tecnologia*.

Além disso, questionamos a importância da educação no pensamento desenvolvimentista de Vieira Pinto, tema presente em ambos os textos mencionados. Apresentaremos argumentos que sugerem a inviabilidade do

projeto de Vieira Pinto, uma vez que ele pressupõe uma união nacional em torno de uma ideologia do desenvolvimento. Isso implica que, mesmo sem estar explicitamente definido, o caminho a ser seguido pela educação nacional seria previamente acordado pela sociedade brasileira.

De fato, salvo posições como as da Igreja Católica, havia um certo consenso em meados do século passado a respeito dos rumos a serem trilhados pela educação nacional, sobretudo quanto ao papel da escola pública num cenário de disputas entre posições liberais pragmáticas, idealistas e socialistas (SAVIANI, 2007).

Entretanto, a educação, no momento presente da realidade brasileira, mostra-se como mais um ambiente em que se refletem as lutas no interior de uma sociedade fragmentada, indicando que será razoavelmente difícil fazer os polos apontarem para a mesma direção.

Além disso, e essa nos parece ser a questão crucial em torno da educação, apresentaremos evidências de que a ideologia presente em parte dos pensadores da educação nacional vai de encontro à ideia de apropriação de tecnologia de Vieira Pinto, o que inviabilizaria a própria tecnologia como elemento de superação de desigualdades sociais.

Iniciaremos trazendo os temas principais discutidos em *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Em seguida, problematizaremos a discussão entre ideologia e tecnologia, para poder compreender como a educação se insere na dinâmica do desenvolvimento.

### **Ideologia e desenvolvimento nacional**

O ponto de partida de Vieira Pinto é a ideia de que as explicações a respeito do Brasil, até então construídas, foram feitas a partir de pensadores distanciados da massa e que colocaram para si a responsabilidade de interpretação da realidade brasileira, ainda que despossuídos de base filosófica para apresentar uma explicação adequada. Como consequência, apesar de valiosos esforços, não se encontravam aptos para a tarefa de compreender a questão do desenvolvimento no Brasil (VIEIRA PINTO, 1960).

Para Vieira Pinto (1960), as análises de alguns sociólogos, por enfatizarem um ou outro ponto de vista e por não reconhecerem a totalidade,

limitavam-se basicamente a produzir mais uma descrição do que uma explicação, sendo, portanto, imprecisas para dar conta da realidade nacional.

Neste ponto, já é possível perceber a base filosófica da teoria do autor. Ao enfatizar a ideia de unidade ou totalidade, típica da filosofia de Hegel e de Marx, ele antecipa subliminarmente que a solução virá de alguma instituição capaz de aglutinar o conjunto de ideias, posto que a realidade seria um todo em que as partes se integrariam e, portanto, não poderia ser pensada qualquer forma de desenvolvimento que não fosse capaz de conectar todos os esforços a um centro coordenador.

Além disso, dando importância para sua disciplina, seria necessária a formação de uma consciência nacional fortemente alicerçada na filosofia para capacitar os pensadores a fim de que pudessem compreender o Brasil de maneira adequada. Isso se fazia necessário, pois entendia que as explicações existentes a respeito de nosso país reforçavam nosso atraso, por estarem baseadas em uma realidade amorfa, pois seus produtores não possuíam um arcabouço de categorias voltadas a pensar o desenvolvimento nacional (VIEIRA PINTO, 1960).

O Brasil era uma entidade em formação que só amadureceria se fôssemos “[...] capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 15). Essa ideologia seria o elemento ao redor do qual orbitariam aqueles indivíduos mais dotados, os quais estariam circundados por uma massa desejosa de entrar nesse meio e, nesse processo de aproximação com a ideologia do progresso, uma consciência transformada seria o combustível para mudança social e invadiria o que o autor chama de “[...] autoconsciência das massas populares” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 16). Em outras palavras, Vieira Pinto propõe que o desenvolvimento dependa de uma transformação na consciência dos indivíduos: seria ela que impulsionaria a mudança social capaz de promover o desenvolvimento.

Mas engana-se quem pensa que Vieira Pinto enxerga uma massa desprovida de consciência própria. Ao contrário, ele vislumbra a existência de uma protoconsciência, com vontade suficiente para impulsionar a população na direção de uma situação de vida melhor, desde que provida de suporte,

dentre os quais, se destacam as condições econômicas básicas. Desprovidas dessa estrutura de suporte, a massa não passa de um potencial não totalmente explorado, mas que, se dotada das ferramentas corretas, seria capaz de compreender sua situação miserável e querer transformá-la (VIEIRA PINTO, 1960).

Vale notar que a transformação não funciona, para Vieira Pinto, como uma espécie de função degrau – aquela em que não se tem algo em um momento e passa-se a tê-lo de maneira instantânea em um momento posterior (VIEIRA PINTO, 1960). Seria, na realidade, um processo gradual até se atingir o amadurecimento; mas, para tal, o ser humano teria de ter um indicativo de caminho, ou seja, uma ideia que o guiasse.

Sob essas circunstâncias, “[...] o homem que possui uma idéia [sic] é ao mesmo tempo um homem possuído por essa idéia [sic]” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 18), ou seja, já se encontra consciente do que é, de onde está e aonde poderá chegar, posto que a consciência-ideia-ideologia lhe proveria a força para buscar o desenvolvimento. É a isso que chama de “ideologia do desenvolvimento nacional” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 19).

Dito de outra maneira, a ideologia do desenvolvimento nacional é o último passo do processo de conscientização da população a respeito de seu potencial e capacidades, alimentando-a com a energia e força necessárias para atingir o progresso futuro. Essa ideologia se distancia do que seria uma mera digressão, por se alicerçar na realidade material viva em vez de estar suportada por sonhos. É a ideia real do presente, somada ao reconhecimento de capacidades e aptidões, que projeta uma representação de futuro carregada da noção de uma vida melhor, uma vez que o presente passa a ser entendido como elemento causal de um futuro projetado (VIEIRA PINTO, 1960).

É por isso que Vieira Pinto (1960) entende que o desenvolvimento nacional é um processo, ou seja, um contínuo de ações voltadas ao conserto da realidade. O progresso não é um milagre, mas o resultado de um trabalho previamente planejado, portanto, não é e nem pode ser visto como um conceito abstrato. É, sobretudo, a busca pelo alcance de metas bem definidas.

Vale salientar que uma peculiaridade do pensamento de Vieira Pinto em relação ao binômio progresso-desenvolvimento é seu conceito de unidade.

Esse destino não será atingido se essa meta não for a meta de todos. De acordo com Vieira Pinto (1960), a ideia comum é o elemento capaz de congrega os esforços nacionais em busca do objetivo coletivo, posto que o progresso não pode ser visto como a realização dos planos de parte da população ou de uma elite que se apropria dos ganhos derivados dos esforços da sociedade.

Surge dessa definição um grande problema: considerando que o planejamento fosse elaborado pelo poder público, sua realização exitosa dependeria da ação de um sem número de pessoas que não participaram da elaboração do projeto de nação, e operariam apenas como voluntários. Para que o projeto de desenvolvimento funcione, esses voluntários, indica Vieira Pinto, precisam ser conquistados, posto que podem se negar a contribuir, dado o caráter democrático do processo de desenvolvimento. Nessas circunstâncias,

O indivíduo passará pois a agir em função da idéia [sic] que o habita. Na medida, porém, em que essa idéia [sic] se opuser à idéia [sic] unificadora, segundo a qual é concebido o plano de desenvolvimento, ou dela simplesmente divergir, tornar-se-á um foco de resistência. Para que a resistência seja reduzida, e se converta livremente em concordância, que é necessário? É necessário que na consciência individual se instale, no lugar da anterior, nova representação, aquela que, por hipótese, contém a imagem justa da realidade nacional daquele instante, e portanto permite a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar (VIEIRA PINTO, 1960, p. 24-25).

Dito de outra maneira, o projeto de desenvolvimento será possível quando nas consciências individuais estiver plantada a semente da unidade na forma de uma representação coletiva de um futuro compartilhado. Será uma ideia compartilhada, que nos levará a nos tornarmos uma nação desenvolvida (VIEIRA PINTO, 1960).

Para Vieira Pinto (1960), o atraso nacional é consequência de ideias presentes em consciências alienadas, que se originam de influências estrangeiras e são incapazes de nos conduzir para além do nosso caráter colonial, mantendo-nos como meros objetos. Em suma, o principal obstáculo ao nosso desenvolvimento reside na visão distorcida que construímos sobre nós mesmos e sobre o que significa desenvolvimento.

Uma vez que a representação do Brasil fora construída a partir de uma perspectiva externa, era inviável conceber um modelo de desenvolvimento que

atendesse às necessidades dos brasileiros. Contudo, Vieira Pinto destacava que o estágio de desenvolvimento nacional em sua época começava a possibilitar a percepção de nossa posição, em virtude da “[...] transmutação da consciência inautêntica em autêntica” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 28), o que reforça a ideia de um processo contínuo, um esforço para superar o que o autor denominava semicolonialismo e alcançar um novo estágio de nossa existência como nação, baseado em uma reinterpretação do país.

Considerando, portanto, que o desenvolvimento é um processo – conceito central no pensamento de Vieira Pinto, presente também em *O conceito de tecnologia* – e que nossa compreensão do país deixava de ser obscurecida, chegava o momento da transformação. Esta, por sua vez, só seria alcançada mediante o estabelecimento de uma ideologia do desenvolvimento, sem a qual o desenvolvimento nacional não se concretizaria.

Tendo estabelecido a receita para o desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento de uma ideologia que impulsionasse a nação na direção do progresso, faltava estabelecer o elemento central da teoria de Vieira Pinto, ou seja, a delimitação do agente do desenvolvimento: o Estado.

Vieira Pinto rejeita a ideia de iniciativas individuais como impulso ao desenvolvimento, por entender que isso descaracterizaria a noção de processo, posto que o somatório de ações individuais poderia levar a resultados divergentes em vez de convergentes. Ele acreditava, inclusive, que uma profusão de esforços sem uma orientação comum poderia levar a resultados imprevisíveis, dada a atmosfera caótica desses empreendimentos independentes. O autor afirma que

o processo do desenvolvimento, como totalidade, não depende da ação isolada de grandes individualidades, de audazes realizadores, que, por gestos mágicos, e operando contra o meio incapaz de compreendê-los, rebelde ou hostil, tiram do nada as grandes empresas [sic] e triunfam sobre [sic] a passividade e a descrença generalizadas (VIEIRA PINTO, 1960, p. 31).

Fica, a nosso ver, patente a visão antiliberal de Vieira Pinto, por descartar o espírito animal da destruição criadora. Comprova-se por meio da importância que dá ao Estado como força aglutinadora do processo de desenvolvimento. Faltava ainda esclarecer como.

A solução para evitar atingirmos o oposto do progresso – resultado possível desse desenvolvimento caótico impulsionado por interesses individuais – seria orientar os esforços a partir de um “[...] planejamento orgânico prévio, e se constitui em conjunto regido por uma concepção diretriz” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 29-30), pois só a partir de uma direção comum é que poderíamos pensar o desenvolvimento como um processo.

Vieira Pinto (1960) defende que a filosofia é essencial para interpretar a realidade nacional e, a partir dessa compreensão, construir um projeto de nação. Sem um entendimento adequado, não se pode definir o problema e, conseqüentemente, propor soluções eficazes. Ações individuais, sem o embasamento filosófico necessário, correm o risco de serem ineficazes e descoordenadas, pois podem partir de perspectivas divergentes.

Se a ação não é individual e resta, portanto, este papel ao Estado como elemento que irá desenvolver o projeto de nação, ou melhor, construir a ideologia do desenvolvimento, falta definir o que seria o Estado, o que fica explícito na ideia de que a ideologia do desenvolvimento teria de ser um “fenômeno de massa” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 30), ou seja, estamos falando de um Estado democrático, sustentado pela massa consciente e movida como por uma consciência coletiva em direção ao desenvolvimento.

Em um Estado voltado ao desenvolvimento e impulsionado por uma massa consciente, não haveria espaço para políticos carismáticos, salvadores ou incompetentes de qualquer natureza, vistos como nocivos ao processo de desenvolvimento e que só seriam impedidos de se apropriarem do Estado na medida em que o processo de desenvolvimento fosse paulatinamente sendo construído e as massas percebessem os danos que tais tipos causavam (VIEIRA PINTO, 1960).

Percebe-se aqui uma dialética interessante: o Estado, elemento que define a ideologia do desenvolvimento, é sustentado por uma massa, que já assimilou essa ideologia em sua consciência. Entretanto, a relação de causa e efeito ainda não está clara. O texto não define se foi o Estado que estabeleceu a ideologia e a inculcou nas massas que o sustentam por meio de ação democrática, ou se foi a percepção da condição semicolonial por parte das massas que impulsionou uma mudança na estrutura do Estado, levando-o a



servi-las. O autor explorará isso adiante, mas deixa claro que “[...] o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 31).

Para Vieira Pinto, havia indícios suficientes da manifestação popular na então sociedade brasileira, por exemplo, por meio de reivindicações por melhores salários e condições de vida por parte das massas, o que reforça a possibilidade de o Estado ser transformado como resultado de pressões populares. Percebe-se a ideia de construção de Estado popular, carregando a visão marxista de classe social, presente nos escritos do autor e confirmada pela afirmação de que “[...] a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 34), ou seja, terá de ser a massa a mudar o Estado e não o contrário.

O problema é que, até então, Vieira Pinto não havia explicado como ocorreria a mutação do desejo das massas para uma forma de uma ideologia geral voltada ao desenvolvimento. Em uma espécie de *Deus ex machina* apresenta os intelectuais como os agentes da tradução.

Compreendemos, então como se equivocam os que julgam que a consciência do desenvolvimento, expressa numa ideologia, deva ir de cima, seja artefato da especulação da elite intelectual que se pretende esclarecida, mesmo quando esta, com a melhor intenção e boa-fé, imagina estar a serviço dos interesses [sic] populares. Ao contrário, a ideologia do desenvolvimento só é legítima quando exprime a consciência coletiva, e revela os seus anseios em um projeto que não é impôsto [sic], mesmo de bom grado, às massas, mas provêm delas. Noutras palavras isso quer dizer que a condição para que surja a ideologia do progresso nacional é mais do que a simples justaposição das classes dirigentes e do povo, mesmo harmoniosa, pacífica e consentida; é a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem o projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas consubstancialmente com as massas (VIEIRA PINTO, 1960, p. 34-5).

Aqui vai se desenhando a ideologia de Vieira Pinto: é Estado, mas não liberal, é popular, mas alicerçado por intelectuais próximos das massas. Vale notar que o autor inicia o texto acima criticando os intelectuais por terem se alimentado de teorias estrangeiras para explicar o Brasil (VIEIRA PINTO, 1960). De maneira contraditória no texto, caberia aos intelectuais, o papel de dar forma ao plano de desenvolvimento a partir do desejo das massas. Diante de sua explanação, duas questões são levantadas pelo próprio autor:

comprovada a necessidade de uma ideologia, o que afinal seria isso e como se internalizaria na consciência das massas?

A respeito da primeira questão, o próprio autor se esquivava da resposta. Enfatiza a necessidade de unidade de propósito, mas sem ser específico. Aponta, inclusive, que a generalidade é o que enriqueceria a discussão, posto que abriria possibilidades sem dar uma resposta única. A rigor, entende que todos os problemas nacionais representam a mesma coisa, de forma que soluções que aqui e ali sejam aplicadas, devam seguir o que chama de projeto geral. Caberia a esse novo espírito nacional nortear as ações (VIEIRA PINTO, 1960).

Por exemplo, ao citar problemas específicos de sua época, como a inflação e a mortalidade infantil, indica que seriam faces de um mesmo conjunto, posto que compartilham uma causa comum: a construção da realidade socio-histórica e econômica do nosso país (VIEIRA PINTO, 1960).

Nesse percurso, em que já havia feito sua crítica aos intérpretes do Brasil, Vieira Pinto aponta suas atenções para a elite de seu tempo que, alicerçada em um arcaísmo beletrista inútil, deveria buscar compreender a realidade nacional. Para superar uma elite incapaz, intelectuais sem filosofia e políticos picaretas, só restaria depositar confiança na própria população. Mas para isso, a construção da ideologia do desenvolvimento nacional só seria possível se resolvêssemos “o problema da educação das massas” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 42).

Está na educação o ponto nevrálgico da teoria do desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto: “[...] apresenta-se, assim, a educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 44).

Entretanto, nesse texto o autor não se arrisca a explicitá-la. Só admite a necessidade de ser profunda e superar o bacharelismo típico de nossa formação superior, aquele mesmo que forma os beletristas. Em vez desse humanismo inócuo, outro humanismo voltado ao conhecimento da técnica, das ciências, da cultura e da natureza seria necessário. Indica, por entender a necessidade urgente de sua transformação, que a educação “[...] admite aceleração por influência exterior” (VIEIRA PINTO, 1960, p. 43). Desse

modo, restaria ao ISEB contribuir na construção dessa ideologia, sendo o elemento de centralização e de difusão do conhecimento.

Verificaremos a seguir como a ideia de ideologia, conforme desenvolvida em *Ideologia e desenvolvimento nacional*, sustenta as teses de Vieira Pinto em *O conceito de tecnologia*, sobretudo no seu conceito de consciência para o outro.

### **Ideologia e tecnologia**

Entendemos que o ponto fundamental na ideia de apropriação gradual da tecnologia, apresentada por Álvaro Vieira Pinto, é a possibilidade que ele nos dá de enxergar os processos de absorção parcial da tecnologia como não alienadores, o que vai de encontro ao proposto por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*.

A categoria trabalho para Marx é pedra fundamental em sua teoria, pois, ao mesmo tempo que constrói mercadorias, o trabalho produz o próprio trabalhador enquanto mercadoria específica (MARX, 2004).<sup>2</sup> O problema é que o fruto do trabalho, ou seja, a mercadoria, assumiria, segundo Marx, uma forma objetivada, separada e independente de seu criador – o próprio trabalhador –, portanto, estranha e dotada de poder, posto que subordina o trabalhador à sua produção, tornando-o uma espécie de serviçal, pois não detém os meios de produção para tal atividade e tampouco o controle do ato da produção (MARX, 2004).

Isso promoveria um estranhamento-de-si e, como consequência, um estranhamento do ser humano de sua própria natureza, o que o torna estranho do gênero humano em geral, ou seja, de sua própria essência (MARX, 2004). Dito de outra maneira, o trabalho executado na situação em que o trabalhador não possui os meios de produção ou o controle da mercadoria produzida, seria uma maneira de produzir mercadorias de forma alienada e estranha ao trabalhador, algo capaz de roubar sua própria humanidade, dado o caráter fundante do trabalho na constituição do que é o ser humano. Sendo assim, a divisão técnica do trabalho, que fragmenta em várias operações a

---

<sup>2</sup> Oportunamente, nos “Grundrisse”, Marx apresentou o conceito de capacidade de trabalho ou força de trabalho, como a mercadoria ou capital que o trabalhador possui (MARX, 2011), um desdobramento das discussões relacionadas ao desenvolvimento de sua categoria trabalho.

produção de um artefato qualquer, tornando tudo mais estranho ao trabalhador, seria um instrumento de alienação e, portanto, malvista por Marx e seus discípulos.

Vale ressaltar a importância que Marx deu ao contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Essa aparente contradição entre o contínuo desenvolvimento das forças produtivas e o trabalho não alienado é solucionada em teoria por Marx ao concentrar as forças produtivas nas mãos do proletariado na forma de uma ditadura. Por exemplo, afirma que tendo tomado o controle do Estado, caberia ao proletariado a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas (MARX; ENGELS, 2001).

No entanto, Marx não apresenta uma solução concreta além da ditadura do proletariado. Em vez disso, ele elabora uma teoria da exploração baseada, entre outros fatores, na divisão do trabalho. Apesar de reconhecer que essa divisão aumenta a produtividade, Marx argumenta que isso ocorre à custa da limitação do trabalhador individual, que se torna incapaz e alienado diante do aumento da produção gerada pelo trabalho coletivo a serviço do capital. O parcelamento das tarefas, para Marx, representa a morte do trabalhador, e todo o seu esforço apenas fortalece o poder econômico do explorador (MARX, 1996).

O que se percebe aqui, e que se faz presente nos escritos de Vieira Pinto, é a noção de que o que nos move é a ideia, como anteriormente comentado. Se precisarmos de um projeto de mudança, ele será erguido a partir de uma ideia. A de Marx, ainda que não possamos negligenciar o caráter material de seus escritos da maturidade, repousa na ideia de superação do capitalismo. A ideia que move o projeto de desenvolvimento de Vieira Pinto se aproxima da teoria de Marx, dado, como já apresentado, seu caráter iliberal.

Como vimos, em vez de uma ditadura do proletariado, Vieira Pinto se apoiava na figura de um Estado democraticamente eleito por forças populares suportadas por intelectuais para impulsionar o desenvolvimento, desconsiderando, sobremaneira, o influxo de forças individuais nesse processo, típico do liberalismo econômico.

Entretanto, o autor traz um olhar um pouco mais tolerante em relação à visão marxiana a respeito da divisão parcelar do trabalho, graças a ideia de

que o desenvolvimento é um processo e, portanto, algo que se materializa ao longo de um período.

Para substanciar seu modelo, Vieira Pinto (2005) desenvolve o elemento que valida essa proposição e que denomina de “consciência para o outro”, aquele estágio do desenvolvimento em que, ainda que não seja autônomo, começa a se afastar do patamar do subdesenvolvimento, em direção ao desenvolvimento e, conseqüentemente, da alienação para a autonomia.

A consciência para o outro é o elemento filosófico que une Vieira Pinto a seus inspiradores, Hegel e Marx. Essa noção representa um esforço para construir um caminho, ou melhor, um processo. Assim, a ideia de consciência para o outro, presente em *O conceito de tecnologia*, encontra eco na proposição do desenvolvimento como processo, em *Ideologia e desenvolvimento nacional*. A transição da alienação e subdesenvolvimento para a autonomia e o desenvolvimento só se torna possível quando resulta de um planejamento que se concretiza ao longo do tempo.

Vieira Pinto concebe a consciência para o outro como uma etapa do desenvolvimento da consciência nacional: um estágio intermediário da consciência, posicionada entre a situação de “[...] consciência em si, simples ‘coisa’ ou objeto sem legítima representação do próprio mundo, e o estado final, o da consciência para si, capaz de perceber a realidade e conceber autonomamente o projeto de transformá-la em seu favor” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 264).

Dito de outra maneira e à luz do pensamento de Vieira Pinto, a consciência para o outro diz respeito à maneira como o autor discorre sobre o processo de superação do subdesenvolvimento, em que a tecnologia operaria como elemento capaz de promover a transformação social. O estágio primeiro, de consciência em si, corresponde àquela etapa de subdesenvolvimento em que a tecnologia opera como um instrumento de dominação. Na etapa final, de consciência para si, o povo já a usa para benefício próprio. Entre esses dois estágios se encontra o da consciência para o outro, período temporário em que a tecnologia ainda beneficia o centro, que busca, no que Vieira Pinto (2005) chama de “fase intermediária de alienação”, manter sua posição hegemônica.

A rigor, a existência desse estágio intermediário traz um pouco de realidade para a teoria, afinal, não é possível saltar do subdesenvolvimento para o desenvolvimento sem uma transição. Isto não significa que será uma rampa de mudança sem obstáculos, pois a busca de autonomia se deparará com resistência à emancipação, posto que os próprios pensadores locais seriam motores do ponto de vista das potências econômicas e tecnológicas, contrárias ao processo de emancipação.

Ainda que para o autor “[...] essa alteração qualitativa terá fatalmente de ocorrer” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 281), falando da ascensão da consciência para si, entendemos, ao contrário, que a passagem do estágio supostamente temporário de consciência para o outro para o da consciência para si, não implica, obrigatoriamente, a superação dialética do primeiro estágio, o da consciência em si, pois a negação da negação não asseguraria alcançar a desejada consciência para si, dado que, por si só, Vieira Pinto também se alicerça em uma forma própria de ideologia.

Vale notar que não estamos afirmando que Vieira Pinto desconsidera a sociedade como um ambiente de disputa, afinal, sua teoria é estruturada no conflito, mas o que se percebe, entretanto, é que subjaz à teoria do autor que as lutas pelo controle social são, a rigor, lutas por legitimação de alguma forma ideológica. É sempre uma ideologia tentando se sobrepor à outra: em Marx, uma ideologia centrada na ideia de exploração, que seria superada quando os explorados passassem a ser os controladores do sistema; em Vieira Pinto (2005, p. 278), a substituição da ideia de ditadura do proletariado por um estatismo que promova “[...] uma política de apropriação de suas forças criadoras para si” e que demoniza a livre iniciativa, por si só, outra ideologia.

Fica pendente nessa questão, aparentemente filosófica, uma questão político-moral, que diz respeito ao questionamento sobre se haveria alguma ideologia intrinsecamente boa que pudesse levar a nação dependente ao progresso.

De qualquer maneira, voltando à ideia de que a consciência para o outro é um estágio intermediário, ela só pode ser vista como uma etapa em que a ideologia passará por uma mudança em direção a outra ideologia. No caso da tecnologia, uma mudança de seu caráter: de item de produção

alienada, consumo e admiração fetichizada para uma forma de patrimônio social.

Para a realização deste projeto de transformar a tecnologia em um patrimônio da humanidade, Vieira Pinto parte do fato de que, à medida que a tecnologia passa por aprimoramentos no seu centro desenvolvedor, técnicas obsoletas ou quase obsoletas são encaminhadas para uso nos países periféricos (VIEIRA PINTO, 2005). O que, a princípio, aos olhos do centro produtor da tecnologia, seria apenas uma maneira de manutenção de ganhos econômicos na forma aparente de suporte às comunidades da periferia do capitalismo, torna-se, para o país periférico, uma oportunidade de formação de mão de obra local qualificada, a ponto de, por exemplo, capacitá-la a ser por si só produtora (VIEIRA PINTO, 2005), algo que, para o autor, seria uma forma de benefício não previsto pelo centro desenvolvedor e nem pela teoria marxiana.

Entretanto, o autor indica que mesmo essa possibilidade pode ser danosa se os técnicos que se apropriam desse conhecimento nos países pobres i) forem incapazes de superar o domínio das técnicas que lhes seriam “ensinadas e planejadamente distribuídas” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 275) pelo centro desenvolvedor, posto que, sob essa condição, seriam apenas amestrados no saber alienígena e, por conseguinte, meros absorvedores da tecnologia estrangeira atrasada; e ii) forem dominados ideologicamente por essa tecnologia, a ponto de entendê-la como uma forma de redenção para o país. É importante enfatizar que o estágio de consciência para o outro é alienador.

Delineia-se assim o período no qual governantes e classes médias do país atrasado, deslumbrados com o diminuto progresso alcançado, conduzidos por mão estranha, aparentemente generosa, invocam a urgência do recebimento da tecnologia, efetivamente indispensável (VIEIRA PINTO, 2005, p. 270).

Portanto, se a etapa supostamente passageira da consciência para o outro oferece esses riscos de sua não superação, demanda-se uma forma de energia que capacite a população a, de fato, torná-la um estágio de transição. A partir da leitura de Vieira Pinto, podemos afirmar que a energia que promove a mudança social é a educação.

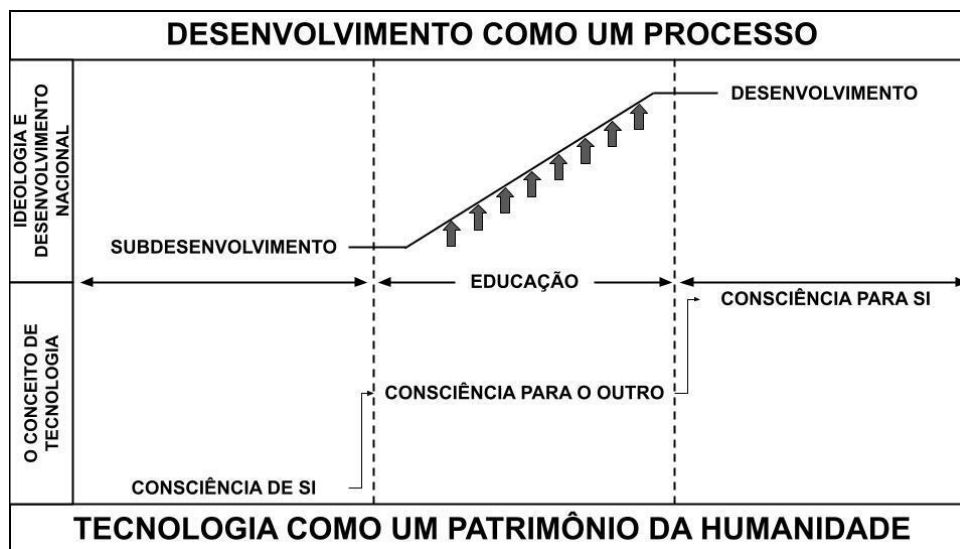
## Educação, ideologia, tecnologia e desenvolvimento

A respeito de como superar a consciência passiva por parte dos técnicos locais, afirma Vieira Pinto (2005, p. 275):

Exige-se a consideração da técnica no aspecto concreto, nas modalidades reais de cada caso particular, a que efetivamente exercem, sendo-lhes ensinada ou insinuada, para permitir ao especialista superar o estado de consciência passiva e colocar-se na posição crítica em face de necessário aprendizado do saber superior.

O autor enfatiza, ainda nessa obra, a importância do Estado como centro que determina os conteúdos educacionais, que mantém o ensino superior, e considera que abdicar de tal tarefa seria uma forma de colocar em risco a soberania nacional (VIEIRA PINTO, 2005). A Figura 1 ilustra onde se encontra a educação como elemento de transformação social em Vieira Pinto, tanto em *Ideologia e desenvolvimento nacional* quanto em *O conceito de tecnologia*.

FIGURA 1 – REFLEXÃO A RESPEITO DA POSIÇÃO DA EDUCAÇÃO ENTRE *IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL* E *O CONCEITO DE TECNOLOGIA*, DE ÁLVARO VIEIRA PINTO



Fonte: Elaboração própria a partir de Vieira Pinto (1960, 2005).

A Figura 1 apresenta os vetores que surgem na etapa de consciência para o outro, os quais permitem a um país efetuar a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento. Complementando a reflexão, trazemos de *Ideologia e desenvolvimento nacional* a ideia de que essa transição



exige um processo e de *O conceito de tecnologia* a ideia de que a força da mudança é a educação.

Conhecida a importância da educação em Vieira Pinto e sua conexão com o tema tecnologia e desenvolvimento nacional, faz-se necessário levantar a maneira como o ensino tecnológico é apreendido na academia brasileira, posto que, em geral, não o associam à questão do desenvolvimento. A nosso ver, esta quase ojeriza ao ensino tecnológico, repercute na realidade da educação brasileira, isto é, em seu estado de crise permanente e, conseqüentemente, no desenvolvimento nacional.

O grande problema diz respeito à negação, por parte da comunidade acadêmica, da contribuição social do ensino técnico e tecnológico para o desenvolvimento. Tal visão nos parece muito distanciada do pensamento de Vieira Pinto, que entende que o uso de tecnologia, mesmo estrangeira, serve como etapa de capacitação tecnológica nacional. Em geral, a nosso ver, a *intelligentsia* nacional não tem compromisso com o desenvolvimento e só enxerga o ensino técnico como instrumental para a acumulação capitalista e, portanto, alienador ou meramente instrumental.

Se tomarmos como exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instituição criada por meio do Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942 com a finalidade de “[...] organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários” (BRASIL, 1942, art. 2º), prevalece, a nosso ver, uma espécie de marxismo vulgar nas análises que são realizadas a seu respeito, sempre enfocando a questão da acumulação capitalista em vez da questão do desenvolvimento nacional.

O SENAI se conforma ao conjunto de políticas educacionais “sintonizada com o mundo capitalista” (SILVA, 2010, p. 401) e, portanto, voltado a atender os seus interesses. Nessa linha, segundo Müller (2012, p. 198), o SENAI pode ser visto como parte das iniciativas que visavam “[...] atender aos objetivos do capital através da educação” e, portanto, voltado a uma espécie de desenvolvimento que beneficiaria mais os empresários que os trabalhadores.

Os textos que abordam o ensino técnico de forma mais positiva costumam diferenciá-lo em dois tipos: um alinhado à dinâmica capitalista e

outro que busca a transformação social. Este último tipo de ensino técnico teria como objetivo devolver ao trabalhador o controle sobre seu ofício, integrando os aspectos práticos e teóricos do trabalho. Assim, seria possível superar a visão de eficiência e fragmentação do trabalho, típica do modelo capitalista (SAVIANI, 2003).

Reconhecemos que, como toda instituição social, a educação também é coagida por pontos de vista distintos que tentam se impor, tornando o espaço educacional conflituoso. Como resultado dessas disputas, até as boas ideias são mal aproveitadas. Vejamos o caso do chamado Novo Ensino Médio, implantado a partir de 2017 que, a princípio, resolvia dois problemas fundamentais para o desenvolvimento: o longo tronco comum e a ausência de especialização.

Independentemente dos problemas de implantação desse programa, que ainda permanece empacado, aqueles que se colocaram, *a priori*, contrários a essa mudança no Ensino Médio, baseiam-se no fato de que deixaríamos de formar um ser completo, pois os estudantes e futuros trabalhadores se especializariam em determinadas áreas do conhecimento. Ou seja, não proporcionaríamos aos estudantes uma formação educacional plena, aquela que “[...] desenvolva ao máximo as potencialidades dos indivíduos” (SAVIANI, 2003, p. 148), posto que a divisão do trabalho no capitalismo exigiria a construção de um ser, segundo Ferreira Jr. e Bittar (2008), “incompleto”. Ou seja, estaríamos apenas contribuindo ao crescimento do capitalismo.

Tal olhar nos permite indicar que parte significativa da *intelligentsia* nacional não compartilha do pensamento de Vieira Pinto e de sua visão de absorção tecnológica, ainda que da parte menos nobre ou parcial, como uma etapa intermediária para uma sociedade atingir a etapa de consciência para si. Diante desse dilema haveria duas saídas possíveis: lutar pela formação desse ser pleno que Ferreira Jr. e Bittar (2008) chamam de omnilateral ou, ao contrário, compreender a inevitabilidade e essência da moderna divisão do trabalho e construir uma educação especializada.

Considerando que estamos no limiar da era pós-TIC, a da Indústria 4.0, com seus sistemas ciberfísicos, a demanda por conhecimento especializado se intensifica. Afinal, mesmo na era das TIC, a criação de um

dispositivo como um computador ou *smartphone* já exigia uma enorme quantidade de saberes muito específicos e, portanto, se a educação básica e superior buscassem capacitar os indivíduos nessa imensa gama de saberes, teríamos uma formação interminável na tentativa de criar um ser omnilateral. Uma espécie de Adão pós-moderno.

Parece ingênuo imaginar que, em um mundo pós-TIC, a escola pudesse nos ensinar tudo, desde filosofia até construção civil, passando por tecnologia e agricultura. A crença de que um currículo básico amplo e extenso seria capaz de proporcionar uma formação completa e reduzir desigualdades escolares é questionável. Essa crença leva a outra: a de que um currículo comum extenso seria capaz de reduzir desigualdades escolares.

Isso não ocorre obrigatoriamente. Conforme apontado por Dubet, Duru-Bellat e Vêrétout (2012), um tronco comum curto, na ordem de quatro ou cinco anos, como ocorre em países como Alemanha, Hungria e Eslováquia, apresenta altos índices de desigualdade escolar. Entretanto, um tronco comum longo, em torno de nove anos, também pode gerar alta desigualdade escolar, como ocorre em países como Nova Zelândia, França e Estados Unidos.

De maneira ainda mais surpreendente, países com alta desigualdade escolar, mas com alta divisão do trabalho, como é o caso da Alemanha, apresentam taxas de desigualdade social menores que em países com menores desigualdades escolares (DUBET; DURU-BELLAT; VÉRÉTOUT, 2012), o que atesta que a proximidade entre os sistemas social, educacional e produtivo, como ocorre na Alemanha, influencia a amplitude da desigualdade social, e que depositar todas as esperanças da redução da desigualdade social na educação se mostra insuficiente ou, no mínimo, arriscado.

Óbvio que esses modelos carregam ideologias e modelos de nação específicos. No caso brasileiro, há três ideologias em luta buscando influenciar a educação: “[...] o projeto ‘liberal’ (ou neoliberal), o projeto do ‘desenvolvimentismo conservador’, e o projeto do ‘desenvolvimento econômico nacional e popular’” (FRIGOTTO, 2005, p. 225-226).

Como são ideologias, entendemos ser impossível discuti-las sem uma análise comparativa rigorosa, que foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, permite-nos voltar à problemática da ideologia e do desenvolvimento nacional

em Vieira Pinto. Apesar de colocar muita importância na filosofia e na necessidade de pensar o desenvolvimento como desdobramento de uma ideologia própria, a teoria do desenvolvimento de Vieira Pinto falha, ao desconsiderar a impossibilidade de se obter um consenso ideológico em uma sociedade democrática que esteja fragmentada politicamente. Ou seja, a própria noção de ideologia de Vieira Pinto é dissociada da realidade.

### **Considerações finais**

A teoria de Vieira Pinto nos ajuda, para além de seus escritos, a refletir a respeito do marasmo da educação nacional e, como consequência, do nosso adiado projeto de desenvolvimento. Sem uma boa educação, não seremos capazes de formar cidadãos críticos.

A ideologia de Vieira Pinto é democrática, mas iliberal, pois, ao mesmo tempo que deposita muita importância no Estado e é contrária ao desenvolvimento por meio das ações individuais, enxerga na participação das massas esclarecidas o sustentáculo do Estado. Este é um ponto nevrálgico da teoria de Vieira Pinto, pois relaciona Estado, massas, ideologia e educação. A leitura de Vieira Pinto indica que as massas organizariam o Estado e a educação seria um dos elementos capazes de materializar esse processo. Entretanto, fica pendente a questão da construção da ideologia, seja ela a do desenvolvimento nacional ou da educação.

O projeto de Vieira Pinto para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional foi elaborado em um momento em que o país buscava um caminho para se mover da periferia para o centro desenvolvido e talvez fosse possível pensar uma ideologia que servisse de guia para orientar o sentido e a direção do desenvolvimento. Atualizado para a terceira década do século XXI, entendemos que, nesse momento, esse projeto se mostra inviável, ou ingênuo, ou utópico, posto que considera a existência de uma ideologia que acreditamos não ser possível de ser estabelecida no momento, dado que o país está envenenado por disputas, exatamente, ideológicas. A saída, talvez, fosse um governo de coalizão nacional, mas as guerras ideológicas presentes na sociedade brasileira têm impossibilitado esse caminho.

Não estamos afirmando que a sociedade em que Vieira Pinto viveu fosse um local harmonioso no campo das ideias. Não era, e o próprio golpe de Estado militar de 1964 confirma isso. A rigor, não havia concordância nem entre os intelectuais – afinal o próprio ISEB não era um bloco coeso, e havia outras vozes dissonantes como, por exemplo, as que começavam a ganhar visibilidade vindo da área de humanidades da Universidade de São Paulo.

O que nos parece que mudou – e de maneira mais violenta, daí a ideia de envenenamento citada anteriormente – é que, comparando 1960 com 2024, a discussão ideológica saiu de círculos restritos, como a área acadêmica, política e sindical, e se expandiu para praticamente toda a sociedade, materializada nas discussões presentes nas redes sociais, um produto típico da tecnologia presente.

Como a sociedade brasileira atual é um ambiente de extrema disputa, o conflito atinge suas instituições, chegando, assim, à educação, que fica parada sob a ação de forças em sentidos opostos. Um exemplo é a questão do ensino técnico profissionalizante, desejado pelo setor produtivo, mas indesejado em certos círculos acadêmicos. Parece que chegamos a um beco, pois falta a fagulha capaz de juntar a nação e, enquanto isso, a educação fica à deriva e, como consequência, paralisa o projeto de desenvolvimento nacional.

Nestes tempos contraditórios – afinal há muita discussão, mas pouco movimento – oportunistas e populistas de todas as cores surgem e, lentamente, vão matando a ideia de ideologia nacional, pois, em vez de buscarem pontos que possibilitem construir uma unidade, promovem divisão, o que inviabiliza a construção de uma ideologia nativa. Enquanto isso, a educação vai morrendo, o desenvolvimento não chega e continuamos buscando, como apontava Vieira Pinto, as explicações de nosso fracasso nos pensadores de fora.

## Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/1/1942, p. 1231, 1942.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOUT, Antoine. As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222012000100003>

FERREIRA JR., Amarilio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.12, n.26, p. 635-46, jul./set. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000300014>

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 221-259.

GOMES, Geovane Ferreira; SOUSA, Cidoval Moraes de; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Tecnologia e sociedade: Álvaro Vieira Pinto e a filosofia do desenvolvimento social. **Interações**, v. 18, n. 2, p. 129-144, 2017. <https://doi.org/10.20435/inter.v18i2.1421>

MARX, Karl. **Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltd, 1996.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v10i40.8639814>

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>

SILVA, Luciano Pereira da. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. **História** (São Paulo), v. 29, n. 1, p. 394-417, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100022>

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.